

O burocrata perfeito

No futuro, em vez de um decadente indeferimento de uma qualquer pretensão, seremos brindados com um inovador *computer says no!*



Francisco Gonçalves

21 de Janeiro de 2026, 15:27

A imagem do ministro Adjunto e da Reforma do Estado, Gonçalo Matias, excitado, na Websummit 2025, a perorar sobre a modernização da Administração Pública que a Inteligência Artificial (IA) vai trazer, é ilustrativa. Com júbilo, dirão alguns, é o fim do funcionário público e o advento de uma turbinada Siri, o cinzento burocrata a dar lugar a uma colorida assistente virtual, o novo burocrata do século XXI.

Nesta matéria, o ensaio está a ser feito no Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). Com o Decreto-Lei 99/2025, de 28 de agosto, foram extintos DGAE, IGeFE, DGEstE e criada a AGSE, Agência para a Gestão do Sistema Educativo. Quem lá trabalhava, se professor, regressou à escola; se técnico, foi alocado a outros serviços. Neste momento, DGAE e C.^a são inexistências. A AGSE, por seu turno, pese algumas nomeações, não tem pessoal, tal como as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Ou seja, a atual Administração Educativa do designado ensino não superior não tem nem terá pessoal. Fora desta equação estão, como não podia deixar de ser, os *boys and girls* de turno – a República perigava, se assim não fosse. Como vai funcionar, então, uma Administração Educativa sem funcionários?

Fernando Alexandre dá-nos pistas desse admirável mundo novo. O ridículo episódio do registo dos sumários (<https://www.publico.pt/2026/01/07/sociedade/noticia/revisao-carreira-docente-avanca-discussoes-sumarios-direito-descanso-proteccao-agressoes-2160378>) e as explicações que o ministro deu trazem luz sobre a questão: “O registo rigoroso de sumários e da assiduidade” garante “dados fiáveis para planear” (<https://www.publico.pt/2026/01/08/newsletter/educacao>) serviços, identificar situações de alunos sem aulas e validar o serviço prestado”. São dois anos, afirmou o ministro em reunião com os sindicatos, para concluir a reforma administrativa e do sistema de informações do MECI.

Ou seja, a nova Administração Educativa será constituída por AGSE & CCDR e Plataformas & Algoritmos. Nesse novo tempo, sempre que o ministro da Educação necessitar de um relatório, solicita-o ao presidente da AGSE, que, por seu turno, clica no *enter* e a peça sai. Tudo estará digitalizado e interconectado: sumários, assiduidade, salários, passaporte biográfico digital, resultados escolares dos alunos, avaliação do desempenho docente... Maravilhoso!

Sendo verdade que há matérias em que a IA poderá trazer melhorias ao funcionamento da escola, existem outras, como o tutor IA, os manuais digitais, provas ModA [Monitorização da Aprendizagem], provas nacionais e exames digitais, que levantam muitas interrogações. Pior ainda é o cenário, quase de ficção científica, de colocar uma Siri turbinada a analisar a política educativa e a avaliar pedagogicamente alunos, escolas e professores.

No caso da avaliação das práticas pedagógicas, isto só será possível com a padronização de sumários, currículos e didáticas, fichas, provas, exames, questões e critérios de correção... É um regresso, em modo IA, aos regentes escolares e às sebentas e sabatinas. A Sebenta, como nos lembra o *Conde d'Abranhos*, pela pena de Eça de Queirós, é “a mais admirável disciplina para os espíritos moços” porque permite “ganhar o hábito salutar de aceitar sem discussão e com obediência as ideias preconcebidas, os princípios adotados, os dogmas provados, as instituições reconhecidas. Perde a funesta tendência – que tanto mal produz – de querer indagar a razão das coisas, examinar a verdade dos factos; perde, enfim, o hábito deplorável de exercer o livre-exame, que não serve senão para ir fazer um processo científico a venerandas instituições, que são a base da sociedade. O livre-exame é o princípio da revolução. A ordem o que é? – A aceitação das ideias adotadas.”

Este não é, por certo, o caminho para uma Educação centrada na formação integral do indivíduo, na formação de cidadãos, mas sim numa mera formatação de consumidores.

E quanto à Administração Educativa e à Administração Pública, podemos concluir que, a ser assim, a primeira já morreu e a segunda tem a sentença capital lavrada. No futuro, no tal mundo novo que excita Gonçalo Matias, em vez de um decadente indeferimento de uma qualquer pretensão, seremos brindados com um inovador *computer says no!*

Porque as crianças e os jovens não podem ser alvo de experimentações deste tipo, os professores e as comunidades educativas não poderão deixar de dar resposta a estes intentos.

O autor escreve segundo o acordo ortográfico de 1990